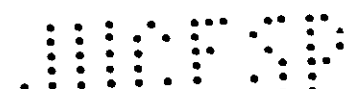




JUCESP PROTOCOLO  
0.594.327/09-0



**TAM - LINHAS AÉREAS S.A.**  
**CNPJ nº 02.012.862/0001-60**  
**NIRE 35300118634**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2009**

**Local, hora e data:** Na sede social, na Av. Jurandir, nº 856, Lote 4, 2º andar, São Paulo - SP, às 12h30, do dia 16 de julho de 2009. **Convocação:** Dispensada em face da presença da acionista única TAM S/A. **Direção dos Trabalhos:** David Barioni Neto - Presidente e Fabiana Borges Vilhena - Secretária, que compõem a mesa dos trabalhos. **Quorum:** Presente a acionista única, titular da totalidade das ações de emissão da Companhia. **Ordem do Dia:** Aprovar os termos e condições da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Debêntures") da Companhia nos termos e condições descritos abaixo ("Emissão").

**Deliberações:** Debatido o assunto e colocado em votação, deliberou-se, por unanimidade:

**(I)** aprovar a Emissão, nos termos e condições a seguir:

**1.1. Número da Emissão**

A Emissão constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia.

**1.2. Série**

A Emissão é composta de 1 (uma) única Série.

**1.3. Montante da Emissão**

O montante total da emissão será de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

**1.4. Quantidade e Valor Nominal Unitário das Debêntures**

Serão emitidas 600 (seiscentas) Debêntures, no valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

**1.5. Data de Emissão, Prazo e Vencimento**

JUL 24 2009

1.5.1. A data de emissão das Debêntures será o dia 24 de julho de 2009 ("Data de Emissão").

JUL 24 2013

1.5.2. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 24 de julho de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 1.19 abaixo.

#### **1.6. Forma e Emissão de Certificados**

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### **1.7. Regime de Colocação e Negociação**

1.7.1. As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"); e negociada no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP.

1.7.2. A distribuição e negociação das debêntures será feita nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Como as Debêntures serão admitidas à negociação no SND, a Companhia cumprirá integralmente o disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

#### **1.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP.

#### **1.9. Conversibilidade**

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### **1.10. Espécie**

As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.





### **1.11. Prazo e Preço de Subscrição**

1.11.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, desde que dentro do prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de obtenção do registro de distribuição no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

1.11.2. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

### **1.12. Integralização e Forma de Pagamento**

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

### **1.13. Direito de Preferência**

Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

### **1.14. Atualização do Valor Nominal**

Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

### **1.15. Remuneração**

1.15.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 126,50% (cento e vinte e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture a partir da Data de Emissão ou do início do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, e devidos ao final de cada Período de Capitalização ("Juros Remuneratórios").

1.15.1.1 Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

1.15.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, no dia 24 ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, a partir de 24 de agosto de 2009.

JUL 10

#### **1.16. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

JUL 10

#### **1.17. Amortização Programada**

Após o término do Período de Carência (conforme definido abaixo), o valor nominal das Debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais e consecutivas, no 24º (vigésimo quarto) dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo a primeira devida em 24 de julho de 2010.

Define-se "Período de Carência" o período de 9 (noves) meses, inclusive, contados a partir da Data de Emissão em que não haverá amortização do valor nominal unitário das Debêntures

#### **1.18. Resgate Antecipado**

Ficará admitido o resgate antecipado das debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, mediante o pagamento do seu valor nominal, acrescido de: (i) Juros Remuneratórios, calculada desde a data da emissão até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), calculado *pro rata*, incidente sobre o saldo valor nominal não amortizado das Debêntures, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

#### **1.19. Vencimento Antecipado**

##### **1.19.1. Hipóteses de vencimento antecipado automático**

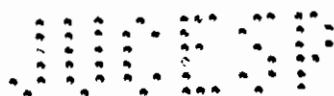
O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da TAM Linhas Aéreas constantes da escritura de emissão das Debêntures e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela TAM Linhas Aéreas, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma dos seguintes eventos:

- i) apresentação de pedido de (a) recuperação judicial ou extrajudicial ou (b) autofalência; ou (c) decretação de falência, ou (d) ainda, de quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, requeridos pela ou decretados contra a Emissora;





- ii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- iii) não pagamento, pela Emissora, das amortizações programadas, dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento previstos na Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da TAM Linhas Aéreas S.A. ("Escritura"), não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, com exceção daquelas descritas no item (v) abaixo, não sanada em 10 (dez) dias contados da data de recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- v) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja de, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- vii) inclusão da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- viii) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos ou concessão de mora por parte do credor, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e obrigações pecuniárias da Emissora, em valor agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida; o valor indicado neste item será reajustado, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;



- ix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- x) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, na data em que foram prestadas, conforme aplicável, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura, no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Contrato de Garantia") e nos demais documentos relacionados à Emissão;
- xi) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para a Interviente Garantidora de valor unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento;
- xii) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que possa, comprovadamente, a critério do Agente Fiduciário, afetar adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora, admitidos os casos de alienação de aeronaves, motores e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Emissora desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento, a Emissora comprove que não sofreu qualquer abalo à sua capacidade econômico-financeira; ou
- xiii) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Garantia, exceto se um novo contrato de garantia, cujos termos e condições deverão ser devidamente anuídos pelos Debenturistas, seja celebrado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do término ou rescisão do contrato original.

*1.19.2. Hipóteses de vencimento antecipado por meio de Assembléia Geral de Debenturistas.*

## III.3.3

O vencimento antecipado das Debêntures somente poderá ser declarado mediante deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, convocada pelo Agente Fiduciário, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da data da convocação, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, mediante a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- i) prática de quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e com a Escritura que possam comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas da Escritura;
- ii) descumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09 ou da obrigação de manutenção da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA máxima de 5,7 (cinco vírgula sete), verificada trimestralmente, considerando no endividamento as operações de leasing financeiro, de acordo com os critérios da Lei 11.638/07, conforme alterada;
- iii) não atendimento de reforço das garantias reais prestadas aos Debenturistas pela Emissora quando solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Garantia;
- iv) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e de suas controladas ou coligadas, se houver;
- v) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora;
- vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- vii) transferência, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- viii) alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- ix) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, além do mínimo obrigatório, conforme disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;



- x) não renovação da concessão dos serviços de transporte aéreo, ou renovação em condições menos favoráveis e que possam impactar significativamente o fluxo de caixa da companhia;
- xi) não renovação do contrato de licenciamento da marca "TAM", ou sua renovação em condições mais restritivas que as atualmente em vigor, que possam afetar a capacidade operacional e/ou legal e/ou financeira da Emissora e de suas coligadas, se houver;
- xii) descumprimento de qualquer obrigação da Emissora no Contrato de Garantia não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido descumprimento, sem prejuízo dos prazos previstos no Contrato de Garantia; ou
- xiii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura.

**(II)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a Emissão ora aprovada, incluindo, mas não se limitando, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultor jurídico e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização a Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à CETIP ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata na forma sumária, que após lida foi por todos assinada. São Paulo, 16 de julho de 2009. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. David Barioni Neto – Presidente e Fabiana Borges Vilhena - Secretária. Acionista: TAM S/A (p.p. David Barioni Neto e Líbano Miranda Barroso). Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
**Fabiana Borges Vilhena**  
Secretária

